

# O Militante



BOLETIM DO COMITÉ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

## INTERVENÇÃO DO CAMARADA ALVARO CUNHAL SECRETARIO GERAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS NA CONFERENCIA INTERNACIONAL DOS PARTIDOS COMUNISTAS E OPERARIOS

( em Moscovo, Junho de 1969 )

**Camaradas:**

Permiti que comecemos por saudar fraternalmente, em nome dos comunistas e da classe operária de Portugal, todos os partidos irmãos aqui presentes. Permiti também que agradeçamos a hospitalidade do Partido Comunista da União Soviética e do povo soviético que, a legítimo título, viram a sua capital escolhida para a realização da Conferência internacional dos partidos comunistas e operários.

A realização desta Conferência culmina um prolongado trabalho preparatório e deve-se, em larga medida, aos métodos nele adoptados. Consideramos que estes constituem uma rica experiência, que abriu favoráveis perspectivas à presente Conferência e à ulterior cooperação dos partidos irmãos.

Os projectos de documentos elaborados colectivamente correspondem no essencial aos objectivos da Conferência também colectivamente definidos e têm em conta a diversidade de apreciações e de situações dos partidos irmãos. O Partido Comunista Português aprova os documentos na sua forma actual.

A participação da grande maioria dos partidos comunistas e operários nesta Conferência, sendo razão para estarmos satisfeitos, não faz esquecer entretanto os trabalhadores e os povos aqui não representados. Assim, tanto nos trabalhos preparatórios, como agora na Conferência, esteve e está presente no espírito dos participantes um dos grandes partidos ausentes: o glorioso Partido dos Trabalhadores do Vietnam, particularmente querido ao coração de todos os comunistas e ao

qual dirigimos, da sala desta Conferência, as nossas calorosas e fraternais saudações de combate.

Fazemos sinceros votos para que a Conferência abra ao movimento comunista uma nova etapa do reforço da sua unidade, de forma a que os partidos irmãos que nela não participam venham a participar numa futura Conferência internacional.

1

A solidariedade socialista e proletária decorre da própria evolução social, da identidade de interesses da classe operária de todos os países e das transformações revolucionárias do mundo contemporâneo.

A influência recíproca da actividade das forças revolucionárias do mundo é um facto objectivo, independente do juízo que dele se possa fazer. As forças revolucionárias de qualquer país, incluindo os países socialistas sem excepção, têm beneficiado e beneficiam, na luta contra o imperialismo, da acção das forças revolucionárias de todos os outros países. Os êxitos de cada partido comunista, que luta nas condições do capitalismo, são inseparáveis da existência, dos êxitos, do apoio dos países socialistas e do impacto internacional das suas vitórias. Entre os países socialistas, a União Soviética, pelas suas realizações, as suas experiências, o seu poderio económico e militar, a ajuda efectiva e multiforme que presta aos trabalhadores e aos povos de todo o mundo, é o maior baluarte das forças revolucionárias e garante, com o seu peso decisivo, a defesa do campo socialista no seu conjunto.



Nenhum partido poderá jamais dizer que fez a revolução apenas com as suas próprias forças, nem, na actual situação mundial, as forças internas dum país onde triunfe a revolução proletária poderiam só por si assegurar, face ao imperialismo, a consolidação da vitória alcançada e o desenvolvimento e a defesa da sociedade socialista.

A amizade, a cooperação, a solidariedade, a unidade dos países socialistas é a melhor garantia da continuação dos seus sucessos, do reforço da sua influência na revolução da situação internacional, da sua própria defesa. Se, por agressão do imperialismo, ou pela acção das forças contra-revolucionárias, o poder dos trabalhadores estiver ameaçado num país socialista, é dever sagrado dos demais países socialistas e de todo o movimento operário internacional acudir em sua defesa.

Compreendendo o que a URSS representa para o movimento revolucionário mundial, as forças reacçãoárias fizeram do anti-sovietismo uma direcção fundamental do seu combate contra as vanguardas organizadas da classe operária. São nisso coadjuvadas pela pressão política dos socialistas de direita e dos grupos esquerdistas da pequena burguesia radical. A nosso ver, cometeria um erro trágico qualquer partido irmão que supusesse serem simplificadas as suas tarefas nacionais ou a realização das suas alianças políticas afastando-se do Partido Comunista da União Soviética ou adoptando a respeito deste um criticismo sistemático. Paga-se sempre caro o sacrifício de posições consequentes de princípio à busca do êxito imediato. Ao longo do meio século decorrido desde a Revolução de Outubro, comunistas de todos os países foram perseguidos e caluniados e pagaram com a vida ou longos anos de prisão a sua amizade e solidariedade para com a União Soviética. Dessa dura prova, os partidos não saíram enfraquecidos, mas reforçados no seu prestígio, autoridade e influência. A situação actual, a agressividade e a pressão ideológica do imperialismo, exigem que tais provas de coragem física e ideológica continuem a ser dadas e que se reforce a unidade do movimento comunista em torno da União Soviética, em torno do sistema socialista.

A cooperação estreita, sincera, aberta, declarada, dos partidos comunistas dos países capitalistas com o Partido Comunista da União Soviética e os partidos dos outros países socialistas é a única política que corresponde aos interesses do movimento comunista e de cada um dos seus destacamentos.

Tal como outros partidos irmãos, pensamos que, apesar das naturais diferenças de opinião e mesmo de divergências mais ou menos profundas em relação a tal ou tal problema, aquilo que une os partidos comunistas e operários é incomparavelmente superior àquilo que, em

tal ou tal momento, tende a afastá-los ou separá-los.

Esta Conferência não resolverá todos os complexos problemas que defronta o movimento comunista. Mas, a nosso ver, pela linha da acção comum que nela se definirá, poderá criar condições básicas de cooperação que permitam sejam ulteriormente superadas dificuldades e divergências que persistem.

Trabalhar para a unidade não significa porém apenas fortalecer os laços de cooperação entre aqueles que o desejam. Significa também combater a acção daqueles que declaram ser objectivo dividir e destruir os partidos comunistas, socavar a comunidade socialista, desintegrar o movimento comunista. Por isso, o nosso Partido, pela sua parte, entende ser seu dever, perante a classe operária e o povo português e perante o movimento comunista internacional, tomar uma clara posição face às concepções e actividades nacionalistas, chauvinistas, expansionistas, anti-sovieticas, cisionistas dos dirigentes chineses, ainda mais agravadas com a chamada «revolução cultural» e o recente Congresso realizado em Pequim. Gostaríamos de não ter que empregar estas palavras, mas não conhecemos outras que exprimam aquilo que pretendemos dizer.

A unidade do campo socialista, do movimento comunista internacional, e a aliança com o movimento nacional libertador, defendem-se e reforçam-se combatendo as actividades de divisão, de cisão, de desagregação, e não fazendo silêncio sobre elas.

O reforço da unidade do movimento comunista é um imperativo da situação internacional, da identidade de objectivos, da existência duma ideologia comum. Frente ao imperialismo, impõem-se a coesão e a acção conjugada de todos os destacamentos do movimento comunista.

## 2

O internacionalismo proletário, a solidariedade recíproca, são os princípios básicos das relações entre os partidos comunistas e operários, da sua amizade, cooperação e unidade. Correspondem à essência, aos interesses e aos objectivos do movimento comunista mundial e de cada um dos seus destacamentos.

Não se deve entretanto esquecer que os comunistas recebem da história uma pesada herança. As tendências nacionalistas não estão totalmente vencidas no próprio movimento operário e estão vivas nos sentimentos dos povos. Daí a necessidade de prosseguir a luta contra o nacionalismo, o que exige, por um lado, como ensinou Lênine, grande prudência e tacto em relação às sobrevivências de preconceitos e desconfianças nacionalistas dos povos que sofreram longo tempo a opressão nacional, e exige, por outro lado, o combate no plano ideológico contra tendências que po-



nam em causa os princípios do internacionalismo proletário.

Do internacionalismo proletário decorrem os outros princípios comumente aceites nas relações entre partidos irmãos: a independência, a igualdade, a não ingerência nas questões internas.

Estes princípios constituem importante factor para a luta em cada país e para a coesão do movimento comunista. O processo revolucionário em cada país e cada revolução socialista têm os seus traços distintivos e originais. Cabe a cada partido, na base do estudo da realidade no próprio país e em função das suas condições específicas numa situação histórica determinada, traçar a sua própria linha política e tática. Para o fazer justamente, não pode afastar-se do conhecimento das leis gerais do processo revolucionário, desprezar as experiências e a solidariedade dos partidos irmãos, alhear-se do conjunto internacional e dos problemas comuns da luta contra o imperialismo.

Um partido marxista-leninista não entende a independência como uma posição de estreiteza nacional, de isolamento e de separatismo. Não considera os interesses próprios como alheios ou superiores aos interesses comuns do movimento comunista. Não descobre supostas incompatibilidades entre os interesses imediatos da luta no plano nacional e os interesses gerais do movimento revolucionário em que a luta nacional se insere. O caminho para o socialismo em cada país não é independente da conjuntura internacional, da correlação mundial de forças, da solidariedade dos outros partidos. A independência de cada partido não se pode compreender como o enfraquecimento dos laços com os partidos irmãos, como o direito de se eximir a lutar lado a lado com eles. A independência de cada partido é inseparável da sua política internacionalista. E o processo revolucionário mundial exige dos internacionalistas a prontidão para os sacrifícios, tanto pelo seu próprio povo, como pelo sucesso da luta dos outros povos.

A própria actividade de cada partido comunista não pode considerar-se como respeitando apenas ao país respectivo, pois cada partido não é um compartimento estanque e os seus sucessos ou insucessos fortalecem ou enfraquecem as forças do socialismo no seu conjunto. Pela sua parte, o Partido Comunista Português, sendo como os demais partidos, irmãos um partido independente e soberano, não se ingerindo nas questões internas dos demais partidos, nem aceitando ingerência nas suas, está sempre disposto a discutir com os partidos irmãos todas as questões consideradas de interesse comum, incluindo a situação em Portugal e a sua própria actividade.

São os princípios do internacionalismo pro-

letário que inspiram os partidos comunistas, inspiraram toda a longa preparação desta Conferência, estão inspirando os seus trabalhos e podem assegurar o seu êxito. É na base dos princípios do internacionalismo proletário, que o movimento comunista, reunido nesta Conferência, se propõe definir em comum «as tarefas actuais da luta anti-imperialista» e a via para «a unidade de acção dos partidos comunistas e operários, de todas as forças anti-imperialistas».

### 3

O Partido Comunista Português manifesta o seu acordo com os objectivos de acção comum e urgente contra o imperialismo que figuram no projecto de documento principal desta Conferência, ou seja:

O apoio e ajuda ao heróico povo do Vietnam, o que significa a luta para obrigar o imperialismo americano a retirar as suas tropas de agressão do Vietnam, a cessar a ingerência nas questões internas do Vietnam, a respeitar o direito do povo vietnamita a resolver os seus problemas.

A solidariedade constante activa aos países socialistas que são alvo das acções agressivas do imperialismo: a República de Cuba, a República Democrática Alemã, a República Popular da Coreia.

A defesa dos povos vítimas de actos agressivos, de guerras locais e intervenções armadas do imperialismo, com particular relevo para a solidariedade aos povos árabes.

A liquidação dos últimos focos do colonialismo e do neo-colonialismo, o que significa o apoio e solidariedade aos povos de Angola, Guiné, Moçambique, Zimbábue e África do Sul, assim como a todos os outros povos da Ásia, África e América Latina que lutam pela independência e soberania nacional, pela libertação da ingerência económica e política dos imperialistas, pela superação do seu atraso económico e social.

A liquidação das ditaduras fascistas e reacionárias e a resposta pronta às tentativas neo-fascistas, o que significa apoio e solidariedade à difícil luta dos povos de Portugal, Espanha, Grécia, Indonésia, Haíti, Guatemala, Brasil e outros, pela instauração de regimes democráticos e pela democratização de todos os aspectos da vida social.

A defesa da paz mundial, definida como «orientação essencial da acção unida das forças anti-imperialistas» o que significa a luta contra o perigo de guerra, a luta pela coexistência pacífica de estados com sistemas sociais diferentes, a luta para impedir a disseminação e alcançar a interdição das armas nucleares, a luta pela redução dos armamentos, a luta contra as bases militares



em território estrangeiro e pela supressão de blocos militares, a luta pela dissolução da OTAN, a luta pelo reconhecimento das actuais fronteiras da Europa, a luta contra o militarismo.

O PCP considera que esta plataforma de unidade de acção, desenvolvida no projecto, corresponde às tarefas imediatas mais urgentes da luta contra o imperialismo.

## 4

Esta plataforma toca os problemas essenciais que defronta o povo português no actual momento histórico.

Portugal constitui um nó de contradições: É um país colonialista e é ao mesmo tempo um país dependente dominado pelo imperialismo estrangeiro designadamente o norte-americano, inglês e oeste-alemão. É um país economicamente atrasado e onde entretanto as relações de produção capitalistas estão muito desenvolvidas, o que é atestado pelo domínio de toda a economia por um pequeno número de grupos monopolistas e pelo largo predomínio numérico do proletariado. É um país onde a agricultura prossegue métodos rudimentares e onde entretanto o capitalismo se desenvolve rapidamente nos campos, do que é sintoma o facto de o proletariado rural corresponder a dois terços da população agrícola activa. A ditadura fascista não tem uma base de massas. Um divórcio profundo separa a camarilha fascista do povo e da nação portuguesa.

Estas contradições minam o poder dos monopólios dominantes, acumulam um potencial revolucionário e criam condições objectivas para rápidas transformações sociais.

A luta contra a ditadura fascista e por um regime democrático é ao mesmo tempo a luta pela verdadeira independência nacional, estreitamente ligada à luta pelo direito dos povos das colónias portuguesas à sua própria independência.

Pelo desenvolvimento das suas contradições internas e pela luta convergente e reciprocamente solidária do povo português e dos povos de Angola, Guiné e Moçambique, o regime fascista atravessa uma séria crise, agravada em Setembro de 1968 pela incapacidade física de Salazar chefe fascista incontestado durante cerca de 40 anos.

Desde a formação do novo governo, os fascistas têm procurado através da propaganda fazer crer que a sua política mudou e que Marcelo Caetano, novo presidente do Conselho, pretende «liberalizar», senão democratizar, a vida política portuguesa. A verdade é que se trata duma manobra demagógica de grande estilo com vistas a salvar a ditadura fascista num momento particularmente grave.

Os fascistas fazem de facto em «liberalizar». Fazendo-o, procuram criar a expectativa e a passividade, alargar as suas bases de apoio interno e os seus aliados externos, refrear a luta popular, impedir a súbita agudização da luta de classes, atrair os elementos mais vacilantes da Oposição ao colaboracionismo e isolar o Partido Comunista, de forma a separar o conjunto da Oposição do seu único partido revolucionário.

Salvo pequenas mudanças de fachada, nada de essencial mudou na política do governo. Prossegue a negação das liberdades mais elementares, continuando o regime do partido único fascista e dos sindicatos únicos fascistas. Prossegue a política de terror policial. Prossegue a guerra colonial e a entrega ao imperialismo. Sem Salazar, o salazarismo continua.

Entretanto, o agravamento da crise do regime, de que a própria manobra demagógica é um índice, abre possibilidades novas, reais, de impulsionar o movimento antifascista, as lutas populares de massas.

A situação obriga-nos a travar um cerrado combate tanto contra o oportunismo de direita, que se traduziu particularmente nas ilusões de que pusessem fim ao fascismo aqueles mesmos que o querem salvar, como contra o esquerdismo e o sectarismo, que se traduziam particularmente neste período na ideia de que «tudo continua na mesma» e no desprezo pelas formas legais e semi-legais de actuação e pelas lutas com objectivos imediatos limitados, umas e outras de decisiva importância no actual momento. Estas tendências, a triunfarem, conduziriam à paralisação da acção de massas, à abdicação da iniciativa, à divisão das forças democráticas.

O nosso Partido, ao mesmo tempo que desmascara a demagogia «liberalizante» do novo governo, indica que é necessário aproveitar a crise agravada da ditadura fascista para quebrar o imobilismo político, conquistar posições, obrigar o governo a cumprir as suas promessas demagógicas, dar um novo curso à vida política, reforçar a unidade e a organização das forças democráticas, intensificar a luta de massas com objectivos concretos imediatos: — contra a repressão; pelo direito de expressão do pensamento; pelo direito de organização e particularmente pela gestão democrática dos sindicatos, associações de estudantes e outras organizações de massas; pelas reivindicações económicas mais urgentes da classe operária e das massas laboriosas; pelo fim imediato da guerra colonial; pela liquidação de bases militares estrangeiras em território português; por uma política externa de paz e convívio internacional e em particular pelo estabelecimento de relações com os países socialistas.





Os oito primeiros meses decorridos desde a formação do novo governo comprovaram a apreciação e a orientação do Partido. A manobra «liberalizante» desmascarou-se perante as massas e registou-se, num desenvolvimento progressivo, o mais importante fluxo de luta popular desde 1961-62. A luta está-se desenvolvendo em três frentes principais: A luta operária, que, nos primeiros meses deste ano se traduziu numa onda de greves e paralizações em que participaram cerca de 100.000 operários. A luta estudantil, que abarca os três centros universitários existentes, com sucessivas greves, manifestações e grandes assembleias em que chegam a participar 2, 3, 5 mil e mais estudantes. A luta democrática, em que são particularmente activos os sectores intelectuais e que teve recentemente uma elevada expressão na realização dum congresso em que participaram 1.500 delegados pertencentes a todos os sectores políticos da Oposição.

O nosso Partido continua, como nos últimos 43 anos, agindo numa profunda clandestinidade. A repressão contra os comunistas não diminui. Mas os nossos quadros clandestinos, as nossas organizações ligadas às massas, a nossa imprensa clandestina que publicamos sem interrupção no interior do país há 28 anos, desempenham um papel decisivo no desenvolvimento da luta popular.

A luta alarga-se. Muitos êxitos parciais têm sido alcançados. Reforça-se a unidade das forças democráticas. Confiamos que este ano será um ano de grandes lutas políticas contra a ditadura fascista que há longas décadas tiraniza o povo português, lutas que aproximarão o dia da batalha final, que, nas condições existentes no nosso país, será, a nosso ver, a insurreição popular armada.

## 5

Lutando no nosso país contra o fascismo e o colonialismo, damos e daremos a nossa contribuição para que se alcancem os objectivos da unidade de acção na luta contra o imperialismo, definidos no documento principal desta Conferência. Podem também os partidos irmãos estar certos de que não regatearemos esforços para, na medida das nossas modestas possibilidades, participarmos nas lutas com objectivos mais gerais e comuns de todo o nosso movimento comunista e das forças anti-imperialistas.

Entretanto, ao lutarmos hoje para varrer o fascismo da nossa terra, para instaurarmos um regime democrático, para conquistar a verdadeira independência da nossa pátria, — e é esta a etapa actual da revolução no nosso país — temos sempre diante de nós a perspectiva e o objectivo dum futuro Portugal socialista.

É a luta com este objectivo, que nos dá o legítimo título, de que nos orgulhamos, de destacamento do movimento comunista internacional. Ao participarmos nesta Conferência com os partidos irmãos, ao considerarmos uma plataforma de acção comum na luta contra o imperialismo, sentimo-nos ligados a todos os partidos irmãos pelos objectivos superiores do movimento comunista.

A acção comum para a realização das tarefas urgentes da luta anti-imperialista não limita, antes abre seguro caminho para a cooperação e a unidade do movimento comunista na luta pelos seus objectivos supremos. As relações de cooperação entre os partidos comunistas e operários não se reduzem aos termos das relações entre forças anti-imperialistas. Os laços do movimento comunista não podem diluir-se no vasto sistema de alianças com forças sociais e políticas diversas na luta contra o imperialismo. Reduzir os objectivos de unidade de acção dos comunistas à plataforma constante no capítulo III do projecto de documento principal da Conferência, que se considera justamente poder ser aceite por largos sectores anti-imperialistas, seria reduzir as relações entre os partidos revolucionários da classe operária ao nível das relações de partidos de classes e camadas sociais diversas.

Ao analisarem a actual situação e as tarefas actuais da luta contra o imperialismo, os partidos comunistas e operários fazem-no do ponto de vista dos ideais da classe operária, dos ideais do socialismo científico. Por isso foi justo, correcto e necessário que com a ordem de trabalhos adoptada se realizasse a presente Conferência do movimento comunista e não, em sua substituição, uma conferência das forças anti-imperialistas, cuja ideia aliás, na sequência da presente Conferência, merece, a nosso ver, atento exame e pode constituir um importante passo para traduzir em actos as decisões da Conferência. O movimento comunista é o eixo e a vanguarda da luta anti-imperialista. Diluir o movimento comunista no movimento anti-imperialistas seria o fim do movimento comunista como tal, como movimento independente da classe operária e dos trabalhadores, e privar assim o processo revolucionário da sua força determinante.

Os partidos comunistas visam, não apenas realizar as tarefas imediatas e urgentes da luta anti-imperialista, como transformar o mundo, pôr fim definitivamente ao imperialismo, conduzir os trabalhadores à conquista do socialismo e do comunismo. Esta é a própria razão de ser do movimento comunista, é o objectivo da luta revolucionária que conduz cada partido comunista.

O movimento comunista dispõe duma ciência que lhe permite conhecer as leis ge-





rais da evolução social, dum método que habilita cada partido a definir correctamente a sua linha política na base da análise da realidade, duma teoria que dá uma base científica à prática revolucionária.

Os ideólogos do imperialismo conduzem uma intensa campanha anti-operária e anti-comunista, contestando a validade dos ensinamentos de Marx e Lênine, contestando as perspectivas de cada partido comunista e do movimento operário no seu conjunto. Também ideólogos da pequena burguesia radical contestam o papel revolucionário da classe operária e do seu partido de classe, seja na luta anti-imperialista, seja na revolução socialista, seja mesmo na construção do socialismo.

Desmentindo dia a dia os ideólogos da burguesia e da pequena burguesia, a história confirma os ensinamentos do Marxismo-leninismo.

O marxismo-leninismo ensina e a experiência revolucionária comprova que a única classe consequentemente revolucionária é o proletariado. «O essencial na doutrina de Marx (escreveu Lênine) é ter revelado o papel histórico e universal do proletariado como criador da sociedade socialista». Marx descobriu e revelou esse papel histórico e universal. Um século de luta revolucionária plenamente o confirmou.

O Marxismo-leninismo ensina e a experiência revolucionária comprova o papel de vanguarda e dirigente da classe operária e do seu partido na revolução socialista, na construção vitoriosa do socialismo, na sua defesa contra as ameaças do imperialismo e das forças anti-socialistas e contra-revolucionárias.

O Marxismo-leninismo ensina e a experiência revolucionária comprova que a ditadura do proletariado—sempre mil vezes mais democrática que a mais democrática das dita-

duras da burguesia—não só é uma exigência da luta para a consolidação da revolução socialista vitoriosa e da construção do socialismo, como é um estágio inevitável da evolução social. Foi o próprio Marx que afirmou ser aspecto fundamental da sua doutrina a demonstração de que «a luta de classes conduz necessariamente à ditadura do proletariado» e que «esta ditadura não constitui, ela própria, senão a transição para a abolição de todas as classes e para uma sociedade sem classe».

A luta comum, imediata e urgente contra o imperialismo, imposta pela presente situação internacional, é uma fase de luta dos comunistas pela conquista do poder pelos trabalhadores em todos os países, para a liquidação do homem pelo homem, para a abolição das classes, para a construção do socialismo e do comunismo.

E a luta com esse objectivo que torna o movimento comunista a força motora das transformações históricas da nossa época, a época da passagem do capitalismo ao socialismo, Camaradas:

Confiamos em que a Conferência não desiludirá a esperança e a confiança de milhões de homens de todo o mundo que esperam que o movimento comunista mostre uma vez mais estar à altura das suas responsabilidades.

Confiamos em que esta Conferência será uma decisiva contribuição para a unidade das forças anti-imperialistas, para o desenvolvimento da luta contra o imperialismo.

Confiamos em que desta Conferência sairá reforçada a amizade, a cooperação fraternal, a unidade dos partidos comunistas e operários na luta contra o imperialismo e o colonialismo, na luta contra a guerra e a agressão, na luta pela liberdade dos povos e das nações, na luta pela paz, na luta pelo socialismo e o comunismo.

## ALGUNS ENSINAMENTOS DA LUTA NA COVINA

A importância da Covina no conjunto industrial do Baixo-Ribatejo e o insucesso da luta travada pelos trabalhadores desta empresa, em Fevereiro último, exige que a ela dediquemos uma especial atenção com vista a colher ensinamentos que constituam tanto quanto possível uma ajuda do Partido aos trabalhadores da empresa, em primeiro lugar, e aos militantes e simpatizantes do Partido, a

quem compete dirigir e orientar as lutas da classe operária.

Analisando cronologicamente os factos principais da luta de Fevereiro, podemos resumir-los assim:

a) na manhã do 11-2, foi desencadeada uma acção de braços caídos por parte da quase totalidade dos operários da empresa, com excepção dos forneiros, em número apro-



ximado de 200, acção que se destinava a apoiar a reivindicação de aumento de salários apresentada em 22-4-68, aquando duma paralisação semelhante e a que o patronato pôs termo prometendo dar o aumento no fim do ano;

b) a 12-2, foi encerrada a empresa por ordem do patrão Lúcio Tomé Fêiteira que também chamou a GNR e a Pide, que intimidavam os operários, os ameaçavam e acabaram por dispersar pela força, quando, perante a recusa do Fêiteira em aceder à reivindicação do pessoal, este se recusou a trabalhar sem o aumento. Assim nesse dia se assinalam as incursões da GNR no Bairro Social tentando desalojar os operários e família das suas casas, o que não conseguiram em virtude da reacção enérgica que encontraram;

c) por falta de organização e fragilidade da unidade dos trabalhadores, diminuiu a combatividade inicial e daí as manobras do Fêiteira para se aproveitar dessa circunstância e agravar ainda mais a divisão já existente. A esta manobra junta-se a vaga de intimidações lançada em toda a zona pela GNR que aparecia nas tabernas e cafés, patrulhando ininterruptamente as ruas, a via férrea, etc. A posição do Fêiteira exigindo aos trabalhadores que assinassem uma declaração como grevistas e na qual prescindissem de todos os direitos inerentes aos anos que tinham de casa, foi uma canalhice que revela não apenas o carácter dos capitalistas da Covina, mas também do governo de M. Caetano que permitiu e colaborou nela. Em resultado disto, cerca de 200 operários não assinaram e foram procurar trabalho noutros lados. Cerca de 500 assinaram já que, entretanto, alguns se foram, dia a dia, juntando aos forneiros.

A luta da Covina terminou num insucesso para os trabalhadores, mas este insucesso será sem dúvida temporário se soubermos colher as experiências e ensinamentos que ela comporta; Se soubermos ajudar os trabalhadores a organizar-se e a reforçar muito mais a sua unidade podemos ter confiança que os exploradores da Covina não ficarão sem a resposta que merecem.

## A luta da Covina, o momento em que se desencadeia e os seus antecedentes

Seria um grande erro desligarmos a luta dos vidreiros de Santa Iria de Azóia do conjunto de lutas que então tiveram lugar na corda industrial do Baixo-Ribatejo. Se assim procedessemos não poderíamos compreender cabalmente as razões por que o pessoal da «Covi-

na» foi para uma acção de braços caídos sem primeiro ter forjado uma sólida unidade e montado uma organização capaz de dirigir a luta. Por outro lado, e para a justa compreensão deste facto, também se torna necessário remontarmos a alguns meses atrás e traçar uma panorâmica do que foi a actuação dos vidreiros de Santa Iria nesse período.

Quando em 22-4-68 Lúcio Fêiteira resolveu aumentar apenas os forneiros, após uma movimentação geral da empresa, estava a jogar uma grande cartada divisionista que veio a dar os seus frutos em 69. Todo o pessoal pede aumento de salários e o Lúcio Fêiteira apenas os concede numa secção. Nesse mesmo dia os restantes operários sem a colaboração dos forneiros—paralizam o trabalho indignados, sentam-se no chão e em cima de sacos protestando contra o patrão e também contra os companheiros aumentados. Perante esta situação os encarregados e engenheiros prometem aumentos gerais para o fim do ano e então o pessoal retoma o trabalho.

Note-se, já nesta altura, a fragilidade quer da unidade, quer da combatividade dos operários da empresa, que depois de recorrerem à paralisação de trabalho, se conformam com a promessa dum aumento para 8 meses depois!

Faltam-nos elementos informativos que ajudem a estudar em pormenor o que foi a acção do pessoal da «Covina» entre Abril de 68 e Janeiro de 69. De qualquer modo uma coisa é certa: a movimentação geral da empresa fizera-se sem a existência duma Comissão de Unidade que coordenasse a luta e sem que se forjasse uma unidade entre todos os trabalhadores que permitisse anular a manobra divisionista do Fêiteira. Em vez do esforço para reforçar a sua unidade, os trabalhadores da Covina, ao recusarem a proposta dos forneiros para que se desse ao Fêiteira um prazo de 48 horas para ele decidir sobre os aumentos pedidos, cavaram ainda mais entre si o fôssco da divisão. A própria discussão para o desencadeamento da acção de 11-2 foi bastante reduzida em relação ao total de operários e de certo modo confinada a certos grupos mais homogêneos e com maiores afinidades. Por isso surgiram as várias opiniões: dar um prazo de 48 h. ao Fêiteira, esperar pela saída do Contrato Colectivo dos Vidreiros anunciado para 17-2 e ida imediata para a greve.

É assim neste ambiente que em 11-2 os operários da «Covina», com excepção dos forneiros e dum reduzido número de operários que «furam» a partida, iniciam a sua greve de braços caídos. Naturalmente que o Fê-





teira não satisfizera o prometido, mas pensamos ser justo concluir que, atendendo aos factos narrados, a greve da «Covina» surge mais por influência da vaga de lutas que alastrava no sector do que por um resultado de discussão dentro da empresa e do estabelecimento de formas práticas para o desencadeamento da acção. Perante a vaga de lutas e das suas vitórias criaram-se algumas concepções de facilidades e isso deve ter contribuído para um precipitado apressar do passo na «Covina».

Claro que outras empresas também foram contagiadas pelo mesmo alastramento da luta e por seu turno ajudaram a contagiar, todavia importa frisar que lá onde os operários souberam construir uma sólida unidade, onde eles se apoiaram firmemente numa Comissão da sua confiança. A luta foi tanto mais vitoriosa quanto maior foi a firmeza e a combatividade demonstradas. No total das empresas que entraram em lutas reivindicativas na corda industrial do Baixo-Ribatejo, cerca de 75% souberam construir a sua Comissão de Unidade. E foi apoiados nelas que os operários levaram a luta vitoriosa até ao fim. Apenas num caso em que se formou uma Comissão de Unidade, aliás composta por cerca de meia centena de operários, mesmo assim ainda não viram satisfeitas as suas reivindicações.

Este exemplo do papel decisivo das Comissões de Unidade deve servir de lição aos valentes operários da «Covina», porque se eles acabaram por ter de escolher entre a alternativa de mudar de emprego ou de assinar um documento miseravelmente imposto por Lúcio Feteira, nem por isso a sua luta deixou de ter válidas repercussões, nem por isso ela deixa de ser uma rica experiência do sector.

Sem escondermos que houve erros e deficiências, que os operários da Covina poderiam ter corrigido com um mais sereno estudo das condições existentes e com mais efectiva ajuda do Partido, nem por isso deixamos de saudar os valentes operários da «Covina» pela sua luta. E nesta saudação englobamos um apelo para que em todas as secções se discutam as lutas de Abril de 68 e Fevereiro de 69, tirando as lições que elas encerram e preparando desde já, em bases novas e organizadas a resposta que os exploradores portugueses do Governo ligados ao imperialismo merecem.

### A Luta da «Covina» e o Partido

É óbvio que sob este título muito haveria a dizer e muito não se pode dizer por razões conspirativas. Entretanto quando somos obri-

gados a confessar a impossibilidade de se poder fazer um estudo do que foi a acção operária da «Covina» entre a luta de Abril de 68 e Fevereiro de 69, naturalmente que isto implica um divórcio por parte do Partido com esta empresa e este divórcio é tanto mais grave quanto a «Covina» é importante no contexto industrial do sector.

Realmente surge aqui uma situação anormal e que o é ainda mais por se não conhecer quaisquer esforços do Partido para ajudar as massas trabalhadoras daquele baluarte do sector a combaterem a manobra divisionista de Lúcio Feteira em 1968.

Como surgiu a luta de Abril de 68? Qual o papel nela desempenhado pelo Partido? Quais as lições que se sacaram? Para todas estas questões não encontramos resposta e daí consideramos que, no fundamental, nós temos uma grave responsabilidade nos acontecimentos verificados na «Covina» desde Abril de 68 a Fevereiro de 69, pois fomos surpreendidos por uma situação que já não podemos modificar.

Por isso nos parece que à escala do Partido também se devem tirar ensinamentos preciosos sobre a luta da «Covina» para além daqueles que são comuns aos do próprio proletariado. Desses ensinamentos avulta com especial relevo a atenção que nos deve merecer todo e qualquer sintoma de divisão operária. Pensamos que uma necessidade imediata após a luta da «Covina» em Abril de 68 era a realização de reuniões de trabalhadores para proceder ao balanço da luta e ao estudo do combate que se impunha à manobra do patronato. Claro que aqui se integram os aspectos de Unidade operária e portanto a Comissão que também era imperioso formar.

Para além destes aspectos há outros no tocante a quadros, a problemas gerais de organização do Partido, etc, mas que não é este o local conveniente para referir. Apenas nos parece justo, e independentemente doutros aspectos existentes, que a luta da «Covina» sirva também para pôr a nú o carácter de travão que é exercido por certos quadros em determinadas circunstâncias fundamentais da luta.

Claro que o problema não é somente nem fundamentalmente um problema de quadros, mas sobretudo um problema de não aplicação da linha do Partido traçada pelo CC, no que se refere a uma mais efectiva ligação às massas. A falta de ajuda aos trabalhadores da Covina por parte do Partido está precisamente ligado a esta deficiência que, justo é dizer, estamos a vencer lenta mas progressivamente.